



MANUEL LOPES ROCHA, SÓCIO DA PLMJ

# “Legislação atacava grandes marcas para defender a ‘Feira do Relógio’”

Em matéria de direitos de autor e de propriedade industrial, a última legislatura foi amplamente produtiva e, sobretudo, positiva, considera Manuel Lopes Rocha

JOÃO MALTEZ  
jmaltez@mediainfin.pt

Cerca de ano e meio após a revolução no âmbito das leis de direito de autor e de protecção da propriedade intelectual, decisões dos tribunais da relação de Lisboa, Porto e Coimbra levam o advogado Manuel Lopes Rocha a considerar que os juizes perceberam a lei e estão a aplicá-la em conformidade. Neste âmbito, sustenta, assistiu-se a uma mudança muito positiva. Contudo, tal como evidencia, “as intervenções que foram feitas desde há 15 anos na nossa legislação de direito de autor ou de propriedade industrial tinham o objectivo de atacar os criadores e as grandes marcas e defender a ideologia da ‘Feira do Relógio’”.

**Pode falar-se na existência de um direito da moda ou do sector é protegido, em termos gerais, pelas leis da propriedade intelectual?**

“Talvez não haja um direito da moda, mas existe muita coisa sobre a moda e o Direito. Chamaram-lhe direito da moda, talvez por uma certa graça...”

**Para arrumar ideias?**

“Sim, um bocadinho. Os americanos têm o “dress law”. A moda é um sector extraordinário para a área da propriedade intelectual. A maior parte dos bons advogados de propriedade intelectual vivem da moda. Não tanto em Portugal, mas sobretudo em países como a França e a Itália, que são muito ricas em moda.”

**O que é que se protege quando se fala de direito da moda?**

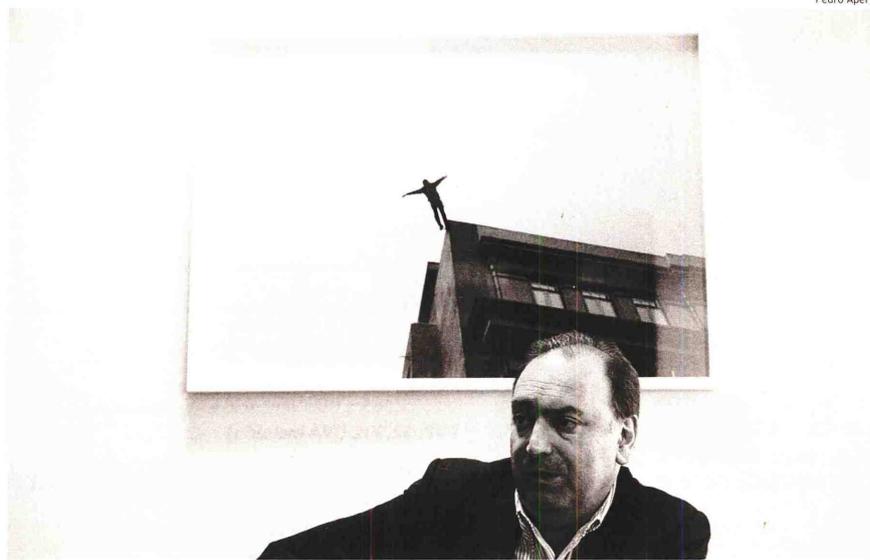
A moda é uma aparência. Ao nível do vestuário original, tudo é protegível. Modelos, desenhos, direitos de autor, marcas... A moda gravita muito nisso e é das actividades mais copiadas.

**O que é que é copiado?**

Modelos, desenhos, padrões... Por exemplo, o padrão da Louis Vuitton ou da Burberrys, tudo isso é protegido. A moda vive muito do direito. O direito dá protecção aos criadores, aos empresários, aos titulares das marcas.

**Há produtos e marcas de origem portuguesa que são copiados ou alvo de contrafacção?**

Há muita contrafacção envolvendo marcas estrangeiras, sobretudo as grandes marcas. Mas também haverá situações que envolvem criadores portugueses. É inevitável.



Pedro Aperta

Onde há criação há cópia.

**Ou seja, já temos criadores cujas ideias são copiadas?**

Em Portugal já não somos só importadores e distribuidores de moda, mas também já temos criadores interessantes que vão competir no mercado global, que têm criações interessantes. Veja-se por exemplo esta iniciativa do Estado sobre a protecção da indústria do calçado. A indústria do calçado vive do design, vive da moda, implica um envolvimento brutal. Tem que haver a necessária protecção dos modelos, dos desenhos, das cores.

**A ideia que havia era de que esta área estava um pouco “abandonada” em termos legislativos. A mudança da lei foi assim tão grande na última legislatura?**

A propriedade intelectual em Portugal foi, até ao ano passado, objecto de um tratamento legislativo no sentido de a destruir.

**Legislação para destruir?!**

Todas as intervenções que foram feitas desde há 15 anos na nossa legislação de direito de autor ou de propriedade industrial tinham o objectivo dirigido de criar dificuldade aos criadores e aos inventores em Portugal.

**Mas de que forma foi isso feito?**

Todas as transcrições das directivas comunitárias, na área do software, na área das bases de dados ou na área dos direitos de autor ti-

nam claramente por trás a ideia ‘minadora’ dos alicerces da propriedade industrial. Isto, baseado na ideologia do País pobre e triste que não tinha dinheiro e tinha que assaltar as multinacionais. Tinha que atacar a Microsoft, tinha que atacar as Louis Vuitton e defender a “Feira do Relógio”. Portugal optava claramente pela “Feira do Relógio”.

**A actual lei veio travar essa ideologia de “Feira do Relógio”?**

Há que reconhecer que hoje em dia, pela primeira vez, temos uma lei que parte não do antagonismo mas da defesa dos inventores e dos criadores. Não só criou medidas judiciais rápidas, como criou condições para as indemnizações serem mais fortes e para o pirata (falsificador) ter que pagar os encargos.

**Os tribunais têm respondido?**

Por felicidade, os casos foram subindo à Relação e temos decisões notáveis das relações de Lisboa, Porto e Coimbra, que perceberam a lei, estão a aplicá-la em conformidade e, a partir de agora, os contrafactores vão ter mais dificuldades em Portugal.

**A propriedade intelectual em Portugal começa a estar salvaguardada?**

Houve de facto uma mudança muito positiva. Quando é para dizer mal estou na primeira fila, mas quando é para dizer bem também estou. Honra ao legislador, que compreendeu que tinha que parar esta estúpida corrida para o abismo.

## Direito da moda em debate hoje na Alfândega do Porto



A Sociedade de Advogados PLMJ, a Associação Têxtil e Vestuário de Portugal (ATP)

e a Associação Selectiva Moda promovem esta tarde um seminário sobre Direito da Moda, uma iniciativa integrada na Modtíssimo, certame que decorre hoje e amanhã na Alfândega do Porto. André Bertrand, jurista e professor na Université de Paris I e considerado um dos maiores especialistas mundiais em Propriedade Intelectual, será o orador principal do seminário, onde será acompanhado pelos advogados Manuel Lopes Rocha, Cláudia Trabuco e Rita Sáragga Leal, todos da PLMJ. António Braz Costa, director-geral do Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e Vestuário de Portugal, Paulo Vaz, director-geral da Associação Têxtil e Vestuário de Portugal, a estilista Anabela Baldaque e Pedro Silva, presidente do conselho de administração da Ricon Industrial-Produção de Vestuário, são outros dos participantes.

## INVESTIGAÇÃO

# Nova acolhe centro de estudos em Propriedade Intelectual

A Universidade Nova de Lisboa vai acolher um centro de estudos académicos vocacionado para a Propriedade Intelectual. Embora vá manter uma relação mais forte com a Faculdade de Direito, o futuro centro terá uma componente multidisciplinar, já que contará também com o contributo das restantes áreas de saber leccionadas naquele estabelecimento de ensino superior.

Manuel Lopes Rocha, sócio da PLMJ, revelou ao **Negócios** que esta sociedade de advogados será uma das promotoras do projecto, que incluirá como parceiros, entre outras entidades, a Microsoft, a Associação Portuguesa dos Consultores em Propriedade Industrial (ACPI) e a Associação para a Gestão e Distribuição de Direitos (Audiogest).

“O tratamento desta área do Direito não pode ser levado a

## Microsoft e Associação dos Consultores em Propriedade Industrial são dois dos parceiros do futuro centro.

cabo apenas do ponto de vista jurídico. Tem de ser também, nomeadamente, na perspectiva económica. Daí que este vá ser um centro de estudos multidisciplinares. Além disso, irá promover cursos, palestras e seminários no âmbito da propriedade intelectual e do direito de autor”, explicou Manuel Lopes Rocha.

De acordo com este advogado, o centro privilegiará a equidistância relativamente aos patrocinadores, encontrando-se aberto quer a entidades públicas, quer a empresas que pretendam recorrer à equipa de investigadores para a realização de estudos.

Uma das possibilidades de trabalho admitida por Lopes Rocha ao **Negócios** é a eventual criação de um Código de Direito de Autor, área do direito com profusa legislação, mas que se encontra dispersa por vários diplomas. **JM**